



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Vereador recorda promessa não cumprida de empresa

Há um ano, o então líder do Governo na Câmara de Praia Grande, Leandro Avelino (PSDB), garantiu, em plenário, que os representantes da Viação Piracicabana iriam ao Legislativo para dar explicações sobre a grande aglomeração de pessoas nos ônibus municipais, durante a pandemia de covid-19. O tempo passou e algumas coisas mudaram. O parlamentar não foi reeleito, tornou-se secretário municipal de Transportes na atual gestão e os representantes da empresa ainda não foram ao Legislativo. Por esse motivo, o parlamentar Cadu Barbosa (PTB) foi à tribuna para relembrar a promessa não cumprida. De forma irônica, ele levou um bolo e alguns balões para comemorar um ano do desrespeito da Viação Piracicabana para com a Câmara. “Essa é uma forma de protesto. A empresa precisa mudar a postura, porque isso não está legal. Acredito que a prefeita Raquel Chini (PSDB) tinha que rever esse contrato. Ele é nocivo e está atrapalhando a Cidade”, desabafou Barbosa.

Cobrança correta

O protesto realizado pelo vereador do PTB na sessão foi apoiado por vários colegas. Os parlamentares criticaram o descaso da empresa, assim como a omissão do Executivo nessa questão, pois há o entendimento que a Prefeitura deveria tomar medidas para evitar a aglomeração no transporte coletivo.

Lados opostos

Os deputados federais da Baixada Santista tomaram decisões distintas, na última terça-feira, ao analisarem o pedido de regime de urgência para o Projeto de Lei 591/2021, que autoriza a exploração dos serviços postais pela iniciativa privada.

Objetivo traçado

O requerimento para acelerar a tramitação da proposta foi aprovado por 280 votos a 165. Júnior Bozzella (PSL) esteve com a maioria ao dizer sim. Já Rosana Valle (PSB) seguiu a orientação do partido e foi contra. Para muitos parlamentares, essa medida abre caminho para a privatização dos Correios.

Batata quente

O vereador santista Augusto Duarte (PSDB) entregou a liderança do partido na Câmara, mas, na última terça-feira, ficou a impressão que o substituto dele não havia sido definido. O presidente da Câmara, Adilson Júnior (PP), fez esse questionamento ao tucano durante a sessão e ele disse que isso seria uma responsabilidade de Ademir Pestana ou de Cacá Teixeira.

Resta um

Diante dessa situação inusitada, Adilson perguntou, de novo, quem falaria em nome do PSDB. Ligeiro, Cacá disse que já era vice-líder do partido na Casa. Portanto, a liderança da agremiação no Parlamento caiu no colo de Pestana.



Cuidado com as mães

O secretário de Saúde de Santos, Adriano Catapreta (foto), está conseguindo colocar em prática alguns projetos relacionados à saúde materno-infantil. Após viabilizar o Disk Amamentação, que busca auxiliar as mães com dificuldades no aleitamento, o titular da pasta lançará o fluxo de atendimento às grávidas com covid-19.

Olhar diferenciado

“A evolução da covid-19 passará a ser acompanhada de perto pela unidade onde a gestante realiza o pré-natal. O objetivo é intervir o mais precocemente possível, se necessário, e evitar riscos maiores à gestante e ao bebê”, disse.

Contagem regressiva

A assessora técnica do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, Caroline Gava Alves, disse que a expectativa do Governo Federal é conseguir ofertar a primeira dose da vacina contra a covid-19 para os portuários até o final do próximo mês.

Debate necessário

A revelação foi feita durante audiência pública da Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal, realizada na última segunda-feira. A iniciativa de debater esse tema partiu do deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ).



Justiça ordena usar máscara em edifício

DA REDAÇÃO

Um morador de Santos está sendo obrigado, por ordem da Justiça, a usar máscara de proteção facial nas áreas comuns do prédio onde mora. A medida foi necessária após ele ignorar pedidos da administradora, da síndica e dos porteiros.

O homem será multado em R\$ 500,00 a cada violação, com limite de até R\$ 30 mil. A liminar, a pedido do condomínio, foi concedida pela 10ª Vara Cível de Santos e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Segundo a ação, o homem foi advertido várias vezes e continuou se recusando a usar a máscara, conforme previsto em decreto estadual. O juiz destacou que o equipamento é essencial para a prevenção da disseminação da covid-19.

DISPERSÃO E MULTAS

A Guarda Civil Municipal (GCM) dispersou uma aglomeração e multou três jovens em Santos, ontem de madrugada. De acordo com a Prefeitura, havia cerca de 25 pessoas consumindo bebida alcoólica na orla da Praia do Embaré.

Guardas viram o grupo desrespeitando medidas de combate à covid-19 e se aproximaram. Ao ver os carros da corporação, a maior parte dos jovens saiu. Porém, três continuaram consumindo bebidas na praia. Foram abordados e multados em R\$ 650,00 cada por descumprir as regras.

Decreto municipal veda consumir alimentos, refeições e bebidas, das 20 às 6 horas, em locais públicos como praças e parques.

COM INFORMAÇÕES DE ALEXANDRE LOPES

REGIÃO: 12 MORTES EM 24H

	CASOS	MORTES	VACINAS			
			1ª DOSE	% DA POP.	2ª DOSE	% DA POP.
BERTIOGA	4.780	111	6.747	10,4	3.610	5,6
CUBATÃO	11.922	370	12.777	9,7	6.442	4,9
GUARUJÁ	17.439	805	36.459	11,3	13.062	4
ITANHAÉM	4.645	182	15.950	15,5	9.269	9
MONGAGUÁ	3.603	88	8.080	14	3.448	6
PERUÍBE	5.499	142	9.998	14,5	5.865	8,5
PRAIA GRANDE	19.719	533	44.494	13,4	24.664	7,5
SANTOS	41.659	1.410	99.107	22,9	54.703	12,6
SÃO VICENTE	13.769	752	42.599	11,6	22.242	6
TOTAL	123.035	4.393	276.211	14,7	143.305	7,6

Na região

CASOS SUSPEITOS
2.948
MORTES SUSPEITAS
135

94.771
CASOS RECUPERADOS NA BAIXADA SANTISTA

No Brasil

CASOS CONFIRMADOS
14.122.116
CASOS RECUPERADOS
12.646.132

TOTAL ÓBITOS
381.687
MÉDIA DE NOVAS MORTES NOS ÚLTIMOS 7 DIAS
2.787
por dia
(variação em 14 dias: -1%)

São Paulo

CASOS CONFIRMADOS
2.786.483
MORTES CONFIRMADAS
90.627

No mundo

192
PAÍSES E TERRITÓRIOS COM CASOS
CASOS CONFIRMADOS
143.257.146
MORTES
3.049.180

Fontes: Consórcio de imprensa, prefeituras da Baixada Santista, gisanddata.maps.arcgis.com, covid.saude.gov.br e Vacinômetro



CONTRA PUNTO

Por LG Rodrigues e colaboradores



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE BERTIÓGA

Problema grave. Em comunicado divulgado por meio de seu portal anteontem (19), a Prefeitura de Itanhaém afirmou que a cidade vem recebendo do Ministério da Saúde menos doses de vacinas contra a Covid-19 devido a dados desatualizados e aumento no número de moradores de casas de veraneio que foram à cidade com a intenção de receber os imunizantes.

Estatísticas. Segundo dados da Secretaria de Saúde de Itanhaém, a cidade tem recebido a quantidade de doses, desde o anúncio da primeira faixa etária, com um déficit de aproximadamente 30%. As doses para cada grupo prioritário, foram enviadas pelo Ministério da Saúde com base na população estimada pelo IBGE, referentes à levantamento de 2012. Além dessa questão, Itanhaém tem muitas residências de veraneio que atraíram várias pessoas que moram em outras cidades, para receber aqui a primeira e a segunda dose.

Estatísticas. Segundo dados da Secretaria de Saúde de Itanhaém, a cidade tem recebido a quantidade de doses, desde o anúncio da primeira faixa etária, com um déficit de aproximadamente 30%. As doses para cada grupo prioritário, foram enviadas pelo Ministério da Saúde com base na população estimada pelo IBGE, referentes à levantamento de 2012. Além dessa questão, Itanhaém tem muitas residências de veraneio que atraíram várias pessoas que moram em outras cidades, para receber aqui a primeira e a segunda dose.

Importante. "A cada faixa etária, temos uma média de comparecimento de 30% maior para cada faixa de idade", afirma a Dra. Guacira Nóbrega Barbi, Secretária de Saúde.

Bom lembrar. Que esse é um dos motivos pelos quais o Censo do IBGE é fundamental e aponta mais um erro grave na gestão do dinheiro público, uma vez que o orçamento para o Censo Demográfico pelo IBGE foi reduzido de R\$ 2 bilhões para apenas R\$ 71,7 milhões após a aprovação neste primeiro semestre de 2021 na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Cifras. O vereador Fabrício Cardoso solicitou à Prefeitura de Santos, na última semana, para que haja renegociação dos aluguéis pagos pela Administração relativos aos imóveis destinados a equipamentos públicos municipais, primando pela economicidade necessária nesse momento de pandemia. Segundo o parlamentar, essa é uma medida que permite investir os valores economizados em programas de auxílio aos mais necessitados, por exemplo.

Entretanto... No mesmo sentido, o vereador questionou sobre os valores e demais detalhes referentes à contratação de gradis utilizados para restrição de acesso ao calçadão e faixa de areia, bem como apresentação de estudos que comprovem ter sido, de fato, mais vantajoso alugar do que comprar esses equipamentos.

Antaq quer saber impacto de mudanças climáticas

Agência vai apurar reflexos em portos

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

Analisar os impactos das mudanças climáticas na infraestrutura portuária e identificar quais as intervenções necessárias para amenizar esses reflexos são as novas tarefas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor. Para isso, ela realiza uma licitação para contratar, até o fim do mês, uma empresa especializada nesse campo.

A abertura do pregão eletrônico aconteceu no dia 6. Até agora, sete firmas já apresentaram propostas para realizar o serviço. Segundo a agência reguladora, entre as principais ameaças climáticas para os portos do Brasil, estão a ocorrência de eventos extremos, como tempestades, ressacas e vendavais (dificultando ou im-

possibilitando a navegação e danificando infraestruturas), e o aumento do nível do mar (que amplia o desgaste das construções e a necessidade de dragagem, além de inundar pátios e acessos).

Uma pesquisa semelhante foi realizada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República entre 2013 e 2015 (Governo Dilma Rousseff), mas seus resultados não foram oficialmente anunciados (leia no destaque ao lado).

O levantamento da Antaq deve contemplar uma análise detalhada dos dados operacionais dos portos e um histórico de danos e prejuízos causados por eventos climáticos, a ser fornecido por cada complexo. O estudo ainda incluirá uma descrição das infraestruturas - canais de acesso, bacias de evolução, quebra-mares e berços



Ressaca no canal do Porto de Santos: eventos extremos são ameaça

de atracação - e superestruturas portuárias - equipamentos para movimentação de cargas e armazéns - afetadas, além das ameaças climáticas que originaram o sinistro e a data da ocorrência.

A pesquisa ainda envolverá uma análise do risco climático, identificando o nível de perigo a que cada estrutura portuária está sujeita.

"A abordagem adotada deve levar em consideração uma matriz de risco que descreve a relação entre a probabilidade de ocorrência de uma determinada ameaça climática com o grau de severidade que ela impacta a infraestrutura", diz o termo de referência do edital.

Também haverá estudos de ocorrências das ameaças climáticas para o clima atual e clima futuro. "A partir do levantamento das variáveis climáticas para cada porto selecionado, deve-se identificar os limiares que causaram danos, por exemplo, chuva acima de 100 milímetros, ventos acima de 10 metros por segundo. Para tal, deve-se comparar as datas de ocorrência de danos com a série histórica das variáveis climáticas".

Levantar o nível de severidade com que as infraestruturas portuárias são afetadas pelas ameaças climáticas é outro objetivo do estudo. A empresa contratada deverá oferecer uma lista

A TRIBUNA NÃO ESQUECE



2 de abril de 2017

Um estudo realizado pelo Governo Federal entre 2013 e 2015 - e esquecido nos gabinetes da Esplanada dos Ministérios - mostrou que as mudanças climáticas em curso no planeta vão afetar o principal porto do Brasil, Santos. A pesquisa Brasil 2040: cenários e alternativas de adaptação à mudança do clima, obtida com

exclusividade por A Tribuna e até então desconhecida por autoridades do setor, revelou ainda as obras necessárias para proteger o complexo santista dos efeitos do fenômeno global. As intervenções demandariam investimentos de R\$ 5,88 bilhões (em valores atualizados), a serem realizados até 2050.

de infraestruturas, conteúdo de conservação, frequência de manutenção, interação com a ameaça climática e o grau de severidade com que cada ameaça climática a afeta. Esse índice vai do leve - que significa que, após o sinistro climático, essa infraestrutura a necessita de manutenção rápida, sem afetar sua operação - até o catastrófico - com a perda total da estrutura.

RISCO

A análise de risco climático considera dois fatores: a pro-

habilidade de ocorrência da ameaça climática e o nível de severidade que a infraestrutura pode sofrer com esta ocorrência. Serão considerados aspectos operacionais e estruturais e até cinco ameaças climáticas.

Essa avaliação deverá considerar as medidas já realizadas e as que podem ser feitas, além do custo e da eficácia de cada ação. O tempo e a dificuldade de implementação também devem ser informados, assim como barreiras à ação, que incluem custos, falta de informação ou controles.

Setor pede tarifa zero em troca de plano para esgoto

Bares, restaurantes e hotéis solicitam isenção temporária e propõem sistema próprio

CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.

Central de Vendas:
3281.8200
www.unimed Santos.coop.br

ANS - 03.355.721

MATHEUS MÜLLER
DA REDAÇÃO

Você já ouviu falar em Fator K? É uma cobrança feita pela Sabesp a estabelecimentos comerciais e indústrias pelo lançamento de esgoto não doméstico na rede pública. Em meio à retomada das atividades e à busca da redução de custos, um pedido: a isenção, por 90 dias, do tributo — em média, 60% da taxa de esgoto.

Em troca, o segmento se compromete a estudar formas de cuidar dos resíduos produzidos antes de lançá-los na rede pública de esgoto. As tratativas são conduzidas pelo presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes Bares e Similares da Baixada Santista (SinHoRes), Heitor Gonzalez. Um pedido emergencial de isenção foi protocolado em 31 de março na Sabesp.

Segundo Gonzalez, é justo cobrar uma taxa para sanar danos ambientais. Porém, julga que o processo de coleta de amostras e da aplicação dos valores deveria ser mais claro.

“(A companhia) Tem que avisar ao restaurante quando vai medir, o dono tem que acompanhar e, uma vez medido (o Fator K), tem que dar a chance de fazermos um tratamento interno. Eles chegam, não avisam que vão coletar o material para análise e o fazem na tubulação deles, não da empresa. Todos os restaurantes da rua acabam com o mesmo índice, que varia de 50%, 60%, a 300%.”

PROPOSTA

Enquanto pede a isenção,



Segmento afirma que Fator K é variável, e isenção por 90 dias ajudaria a custear retorno de atividades

FATOR K

■ É um tributo sobre a carga poluidora do lançamento de esgotos não domésticos na rede pública. São resíduos de processos comerciais ou industriais, diferentes do efluente (líquido) residencial. O encaminhamento deve evitar a contaminação de córregos, rios e represas. O presidente do SinHoRes explica que alguns estabelecimentos recuperaram na Justiça o valor do Fator K e oferecerá aos sócios uma ação padrão para reaverem o que foi pago.

■ O SinHoRes diz que o setor gera 120 mil empregos na Baixada e no Vale do Ribeira. Desde o começo da pandemia, 3 mil estabelecimentos fecharam, com 50 mil demissões.

Gonzalez apresentou uma proposta à Sabesp para zerar o Fator K e resolver problemas ambientais: o tratamento dos efluentes (líquidos) dentro dos estabelecimentos comerciais, antes

de serem lançados à rede pública de esgoto.

O custo do procedimento é um terço do valor do tributo, diz. “Pedimos esses três meses de carência para ajudar um pouco mais as empresas (a reduzirem custos), e nos daria mais tempo de preparar toda essa engenharia para que os restaurantes comecem a zerar o Fator K. Vamos contratar empresas para isso.”

O sindicalista diz estar confiante de que a proposta será aceita e que o projeto se espalhe no Estado.

TRANSPARÊNCIA

Ainda segundo Gonzalez, os estabelecimentos não seriam obrigados a fazer tratamento interno, embora fosse mais barato. Assim, continuariam pagando pelo Fator K.

Apesar disso, ressalta que o processo deve ser alterado para dar mais transparência. Ele entende que a

visita deve ser marcada; o nome do laboratório, informado; o dono deve estar presente; e a coleta deve ser no estabelecimento.

RESPOSTA

Em nota, a Sabesp afirma que “vem atendendo ao sindicato, avaliando medidas que contribuam com a superação deste período de pandemia”, como suspensão no corte de abastecimento, negatificação por débitos e renegociação sem aplicação de multa e juros, com parcelamento em até 12 vezes para os locais com consumo de até 100 mil litros por mês.

“A Sabesp esclarece, ainda, que o Fator K é calculado conforme o consumo de água. Assim, a redução de consumo provocada pelas medidas restritivas impostas pela pandemia implica também na redução do valor aferido pelo Fator K”, destaca.